

LEI Nº 958 DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapará, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapará aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Contadoria Municipal, crédito especial no valor de R\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais),destinado abrir e suplementar dotação no orçamento vigente, classificada e codificada sob número:

Entidade 01 – Prefeitura Municipal de Guatapará Órgão 03 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Unidade 04 – Ensino Fundamental 12.361.0011.1045 – Aquisição de Ônibus Rural Escolar (FNDE)

Valor Total da Suplementação R\$214.000,00

1º - O valor de **R\$ 214.000,00** do presente crédito será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal n.º 4320/64, por força de pagamento do recurso pelo FNDE.

§ 2º – Após o FNDE efetuar o pagamento diretamente a empresa fornecedora do veículo, a contadoria municipal devera efetuar os procedimentos contábeis, baixando o empenho que fora emitido, de acordo com o contrato celebrado entre as partes.

HAN WELL



Art. 2°- Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder às alterações e inclusões no respectivo projeto e nos anexos da Lei n.º 834 de 19 de Dezembro de 2017 que aprovou o PPA 2018_2021, a Lei n.º 954 de 11 de Dezembro de 2020 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2021e a Lei n.º 955 de 11 de Dezembro de 2020, que estabeleceu a Lei Orçamentária Anual relativamente ao Exercício de 2021.

Art. 3º - Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS OITO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

JURACY COSTA DA SILVA Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA Secretário Municipal de Administração